

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.153.610 - SC (2017/0204508-6)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : LIDINALVA MARIA SILVEIRA**  
**ADVOGADOS : VITOR HUGO LOPES DA SILVEIRA - SC008331**  
**CARLOS FREDERICO BRAGA CURI E OUTRO(S) - SC025382**  
**AGRAVADO : BRADESCO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL**  
**ADVOGADO : VIVANE JANNING PRAZERES E OUTRO(S) - SC018078**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por LIDINALVA MARIA SILVEIRA contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (e-STJ, fls. 247):

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS Y MATERIAIS E MORAIS. CHEQUES DEVOLVIDOS POR AUSÊNCIA DE FUNDOS. - IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM. RECURSO DA AUTORA. (1) PRELIMINAR, JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. DESNECESSIDADE.

- Não configura cerceamento de defesa quando o magistrado, destinatário final da prova, verificando suficientemente instruído o processo e embasando-se em elementos de prova e fundamentação bastantes, ante os princípios da admissibilidade motivada da prova e do <75 convencimento motivado, corolários do princípio da persuasão racional, entende desnecessária a dilação probatória e julga antecipadamente o mérito. Inteligência dos arts. 130, 131, 330 e 332 do CPC/1973; 355 e 369 a 372 do CPC/2015; e da principiologia processual.

n (2) MÉRITO. INCIDÊNCIA DO CDC.

- Os princípios e as regras do microsistema formado pelo Código de Defesa do Consumidor aplicam-se às % relações jurídicas envolvendo a emissão de cheques, tendo, de um lado, as figuras do correntista emitente ou sacador (consumidor direto) e, também, do terceiro tomador ou beneficiário (consumidor direto ou por equiparação), e, de .

outro, as instituições bancárias ou financeiras a elas equiparadas, enquanto sacadas (fornecedor). Inteligência dos arts. 2º, 3º, 17 e 29 do CDC; e do enunciado n. 297 da Súmula do STJ.

(3) RESPONSABILIDADE CIVIL. RELAÇÕES DE s CONSUMO. PREVISÃO LEGAL. RISCO DA ATIVIDADE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA.

- A responsabilidade civil do fornecedor em relação aos SI danos sofridos pelo consumidor, direto ou por equiparação, no contexto do Código de Defesa do Consumidor, é de É ordem objetiva, isto é, sem exigência de culpa ou dolo, seja a na responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço, por expressa previsão legal, seja na responsabilidade por vício do produto ou do serviço, por silêncio eloquente do legislador, e, em ambos os casos, também por se tratar de atividade que implica, por sua natureza,

risco para os direitos de outrem. Inteligência dos arts. 2º, 3º, 12 a 14, 17 a 20 e 29 do CDC; e 927, parágrafo único, do CC.

(4) RESPONSABILIDADE CIVIL. EXPEDIÇÃO DE TALONARIOS DE CHEQUES. DEVOLUÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE FUNDOS. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO BANCO. DEVER DE INDENIZAR INEXISTENTE.

- As instituições bancárias ou financeiras a elas equiparadas, enquanto sacadas, não respondem, perante os terceiros tomadores ou beneficiários, pelo inadimplemento de cheques lançados por seus correntistas, na condição de emitentes ou sacadores, por ausência do necessário nexo de causalidade entre o seu agir, que é a expedição do talonário, e o dano sofrido, consubstanciado no prejuízo pela ausência de fundos, uma vez inexistente disposição legal ou contratual que lhe atribua o dever de pagamento em casos tais e, também, por ser esta obrigação dada, expressamente, apenas ao sacador e aos eventuais endossantes e avalistas.

Inteligência dos arts. 3º, 4º, 6º, 7º, 9º, 15, 18, § 1º, 21, caput, 29, 31, caput, 32, 33, 35, 36 e 47 da Lei n. 7.357/1985; 2º e 7º, parágrafo único, da Resolução n. 2.025/1993 do BACEN; 403 e 927, parágrafo único, do CC; e 59 da CRFB. - Precedente: STJ, REsp n. 1.538.064/SC, rela. Mina.

Maria Isabel Gallotti, j. em 18.2.2016.

SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 275-298), a parte recorrente sustentou, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 4º, I, e 14 do Código de Defesa do Consumidor e arts. 334, I e 515, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015, argumentando que deve ser reconhecida a responsabilidade objetiva da instituição financeira.

Sem contrarrazões.

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, o que ensejou o manejo do presente agravo, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não deve ser conhecido.

1. Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar especificamente os fundamentos suficientes para manter o *decisum* hostilizado, de maneira a demonstrar que o julgamento proferido merece ser modificado, ou seja, não basta que faça alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge, deve especificamente infirmar a fundamentação utilizada.

No caso, o recurso especial não foi admitido nos seguintes termos (e-STJ, fl. 350-):

A insurgência não merece ascender quanto à alegada ofensa ao art. 515, § 3º, do Código de Processo Civil/1973 - ligada à tese de que "a produção de provas precisa ser ampla e irrestrita, com a apresentação de todos os documentos e informações pugnados pela Recorrente e que encontram-se em poder da instituição financeira" (fl. 278) - ante o **teor da Súmula 7 do STJ, tendo em vista que foi com esteio no arcabouço fático-probatório**

**encartado nos autos que a Câmara julgadora constatou a inocorrência do suposto cerceamento de defesa por julgamento antecipado da lide.**

(...)

Outrossim, o apelo nobre não reúne condições de ser admitido quanto ao aventado malferimento aos arts. 4º, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor; e 334, inciso I, do Código de Processo Civil/1973, ante o disposto na **Súmula 282 do STF**, aplicada por analogia. **Com efeito, a Câmara julgadora não empreendeu debate a respeito do reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, bem como acerca da dispensabilidade de provas de fatos notórios.**

(...)

De outro turno, não se abre a via excepcional ao reclamo no que pertine à apontada contrariedade aos arts. 186 e 927, parágrafo único, do Código Civil; e 14, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor, e ao suscitado dissenso pretoriano, **por óbice da Súmula 83 do STJ, porquanto a decisão atacada está em consonância com o entendimento da Corte Superior, conforme se depreende dos julgados:**

- PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. DEVOLUÇÃO DE CHEQUES POR FALTA DE FUNDOS. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA. INAPLICABILIDADE DO CDC.

1. O portador do cheque devolvido sem provisão de fundos não pode ser equiparado a consumidor, também não pode a instituição financeira ser responsabilizada pelo prejuízo causado por essa prática se foi o próprio correntista quem emitiu o cheque e não providenciou a necessária provisão.

2. Agravo interno no recurso especial não provido. (STJ - Terceira Turma, AgInt no REsp n. 1.454.899 / SC, Rel. Ministra Nancy Andrighi, julgado em 25/10/2016) (grifou-se).

- RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MATERIAIS. CHEQUE DEVOLVIDO SEM PROVISÃO DE FUNDOS.

ILEGITIMIDADE DO BANCO. MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CONSUMIDOR EQUIPARADO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Ao receber um cheque para saque, é dever do banco conferir se está presente algum dos motivos para devolução do cheque, conforme previsto no artigo 6º da Resolução do BACEN 1.682/90. Caso o valor do título seja superior ao saldo ou ao eventual limite de crédito rotativo, deve o banco devolver o cheque por falta de fundos (motivo 11 ou 12). Não havendo mácula nessa conferência, não há defeito na prestação do serviço e, portanto, não cabe, com base no Código de Defesa do Consumidor, imputar ao banco conduta ilícita ou risco social inerente à atividade econômica que implique responsabilização por fato do serviço.

2. Na forma do disposto no art. 4º da Lei 7.387/85 "a existência e undos disponíveis é verificada no momento da apresentação do cheque para pagamento".

3. A responsabilidade por verificar a capacidade de pagamento é de quem contrata. Ademais, o credor pode se negar a receber cheques, caso não queira correr o risco da devolução por falta de fundos.

4. Recurso especial provido. (STJ - Quarta Turma, REsp n. 1.509.178 / SC, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, julgado em 20/10/2015)

(grifou-se).

Por fim, quanto à aventada contrariedade à Súmula 497 do STJ, inviável a ascensão do recurso especial, pois o entendimento consolidado na **Súmula 518 do STJ** é o de que "para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula".

Em suas razões de agravo, a parte atacou apenas a incidência das Súmulas 282/STF e 518/STJ. Contudo, deixou de impugnar os óbices das Súmulas 7 e 83/STJ, limitando-se a reproduzir as razões do recurso especial.

Importa ressaltar que a impugnação à Súmula n. 83/STJ se dá com a indicação de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior.

Ademais, "Nesse contexto, na hipótese em que se pretende impugnar, no agravo em recurso especial, a incidência da Súmula 7 do STJ, deve a agravante não apenas mencionar que o referido enunciado deve ser afastado, mas também rebater, de maneira consistente, os fundamentos da decisão de admissibilidade e demonstrar que a solução da controvérsia independe do reexame dos elementos de convicção dos autos, avaliados pelas instâncias ordinárias, o que não foi feito." (AgInt no AREsp 1097465/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 10/10/2017).

Dessa forma, a conduta da agravante contraria a previsão dos arts. 932, III, do CPC/15 e 253, parágrafo único, I, do RISTJ:

**Art. 932.** Incumbe ao relator:

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

(...)

**Art. 253.** O agravo interposto de decisão que não admitiu o recurso especial obedecerá, no Tribunal de origem, às normas da legislação processual vigente.

**Parágrafo único.** Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério

Público no prazo de cinco dias, o relator poderá:

I - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida;

Logo, uma vez que o objeto do agravo é diverso do pretendido do recurso especial, a falta de ataque específico a fundamentos da decisão agravada encontra óbice no art. 932, III, do NCPC (art. 544, § 4º, I, CPC/73), não sendo suficiente para o seu conhecimento a simples reiteração dos fundamentos trazidos no especial.

Assim, inafastável a incidência da Súmula 182 do STJ: "*É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.*"

Nesse sentido, os recentes julgados da Corte Especial deste Tribunal:

EAREsp n.701404 / SC, EAREsp n. 746775 / PR e EAREsp n. 831326 / SP

A propósito:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ARTS. 932, INCISO III, E 1.021, § 1º, DO CPC/2015. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. APLICAÇÃO DE MULTA.

**1. Positivação do princípio da dialeticidade no sistema recursal brasileiro, conforme se depreende do art. 932, inciso III, do CPC/2015.**

**2. Inadmissibilidade do agravo interno cujas razões não se mostram suficientes para impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada (cf. art. 1.021, § 1º, do CPC/2015).**

(...)

**4. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA.**

(AgInt no REsp 1387697/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 16/08/2016)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS, MATERIAIS E LUCROS CESSANTES - DECISÃO MONOCRÁTICA DA LAVRA DO EMINENTE PRESIDENTE DO STJ QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO EM VIRTUDE DA INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DO ENUNCIADO N. 182 DA SÚMULA DESTA STJ.

IRRESIGNAÇÃO DA RÉ.

**1. É cediço que a ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão que nega seguimento ao recurso especial atrai a incidência do art. 932, III, do CPC/2015 (revogado art. 544, § 4º, I, do CPC/1973), e a aplicação, por analogia, do Enunciado n. 182 da Súmula do STJ. Precedentes.**

(...)

(AgInt no AREsp 872.552/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 17/08/2016)

**2. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 182/STJ, não conheço do agravo em recurso especial.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator